

REFLEXÕES ACERCA DA BNCC E SUAS IMPLICAÇÕES E IMPACTOS NAS DIRETRIZES OPERACIONAIS DA PARAÍBA NO ANO DE 2020

Jean Felix Borges¹
Ruth Margareth da Silva Albuquerque²
Prof^ª. Mestra. Taynã Valentim Rodrigues³
Prof^ª. Dra. Patrícia Cristina de Aragão⁴

INTRODUÇÃO

O universo educacional se inscreve enquanto um conjunto de perspectivas e experiências à serem vivenciadas por seus atores sociais. A Base Comum Curricular (BNCC) tem a missão de enxergar as lacunas existentes no contexto educacional e assegurar que esses atores tenham acesso à uma ampla experiência nas diferentes áreas do conhecimento.

No ano de 2017 – após a publicação de duas versões preliminares, 2015/2016 – fora oficialmente publicada a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é definida – em sua introdução – como:

...um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e

¹ Graduando em História Licenciatura Plena pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), integra como bolsista o Programa de Residência Pedagógica, Subprojeto História, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, na Cidade de Campina Grande - PB. Jean.jeremiasfelix@gmail.com;

² Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), integra como voluntária o Programa de Residência Pedagógica, Subprojeto História, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, na Cidade de Campina Grande - PB. ruth.albuquerque@aluno.uepb.edu.br;

³ Graduada em História Licenciatura Plena pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (2014), Especialista em Educação Étnico- racial pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (2017), Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2019). Professora preceptora do Programa de Residência Pedagógica – Subprojeto História, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, Campina Grande – PB. taynnaRodrigues@bol.com.br

⁴ Professor orientador: Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (1989), possui Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1990), Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2001) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Atualmente é coordenadora do projeto de Residência Pedagógica, do subprojeto História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). patriciacaa@yahoo.com.

desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BNCC, 2017, p.09)

Nesse sentido, movidos por inquietações e provocações no âmbito do Programa de Residência Pedagógica a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), nos surgiu a seguinte questão: quais foram as influências da BNCC na elaboração das novas Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (2020), no que se refere a organização do Ensino Médio, ou seja, o que mudou nas perspectivas das diretrizes Operacionais, após a promulgação da BNCC, em relação ao Ensino Médio?

Dito isso, vale salientar que as Diretrizes Operacionais é: um documento que visa garantir a qualidade da organização do trabalho pedagógico e administrativo, nas unidades de ensino do Estado da Paraíba, considerando as demandas atuais que têm permeado a educação brasileira”, Paraíba (2020, p.07).

Além disso, constituem-se como: “um instrumento de cooperação e integração entre o conjunto das unidades de ensino da Rede Estadual de Educação, as Gerencias Regionais e as instâncias da Secretaria de Estado da Educação, da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT-PB), Paraíba (2020, p.07).

Por conseguinte, tanto o documento da Base quanto as Diretrizes, incidem diretamente na organização curricular, na avaliação, bem como na organização da educação básica como um todo, uma vez que definem aprendizagens e conteúdos, objetivos e metas para a educação em suas várias etapas, a saber: Ensino infantil, ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio.

Sabendo disso, partimos para a leitura analítica de ambos documentos, através da qual pudemos perceber, mudanças significativas quanto a estrutura das Diretrizes que apontam para uma nova modalidade de formação básica.

Nesse sentido, no tópico referente ao ensino médio, o texto da BNCC chama a atenção para uma necessidade de recriação da escola, propondo uma reestruturação do ensino, que denota o advento de um novo projeto de formação, este, objetivando o desenvolvimento integral da pessoa humana através da ampliação do acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho.

Em consonância com o proposto pela BNCC, no texto das Diretrizes Operacionais, é asseverado que “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do estudante, de maneira à adotarem um trabalho voltado para a

construção do seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.”

Desse modo, para além da busca por melhorias na qualidade do ensino básico no país, nossa tese é que tanto a BNCC quanto às Diretrizes Operacionais, denotam ou tentam delinear, nas futuras gerações, um modelo social menos desigual, mais integrado e, sobretudo, flexível, objetivando a formação integral dos jovens. (BNCC, 2017 p.462)

Dessa forma, objetivamos analisar as influências da BNCC na organização das diretrizes curriculares, enfocando-nos sobretudo no que concerne ao Ensino Médio. Que, segundo pensamos, ganhou uma nova conformação para formar jovens que estejam aptos à agirem em prol das mudanças, bem como à serem capazes de lidar com as demandas de um contexto de contínuas transformações que, cada vez mais denotam à necessidade de humanos mais flexíveis, criativos, autônomos etc.

Como justificativa, apontamos a necessidade do debate público acerca das diretrizes que orientam a prática docente no Estado da Paraíba, bem como visamos à ampliar o debate sobre a BNCC, a nível estadual. Pois, segundo pensamos quanto mais consciente for o público docente acerca da organização estrutural do ensino, de que faz parte, melhor capacitado será para o exercício de sua prática educativa.

Por fim, realizaremos uma leitura crítica do documento das diretrizes, sobre a luz da BNCC, naquilo que ela propõe para o ensino médio integral, apresentado a forma como foi pensado e organizado.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para tanto, realizamos uma análise documental e bibliográfica, situando esta pesquisa no campo dos estudos sobre currículos articulado ao debate sobre a BNCC no Ensino Médio.

REFERENCIAL TEÓRICO

Trabalhamos com os conceitos e perspectivas de Goodson (2007) refletindo o Currículo a partir da sua perspectiva Construcionista social, que o compreende enquanto uma construção social a partir de dois níveis: o primeiro sendo o da prescrição e o segundo, do processo e da prática. O que nos possibilita uma quebra com o enfoque único posto sobre o currículo como prescrição.

Por outro lado, recorreremos aos estudos realizados por Macedo (2014, 2015), que discute a BNCC a partir da perspectiva da teoria do discurso, através do conceito de “rede” cunhado por Ball (2012), pondo em evidencia os sentidos de educação e os interesses por trás das políticas educacionais no mundo globalizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A integração do Ensino Médio, é uma via que abre caminhos para a formação dos sujeitos, objetivando a construção de pessoas preparadas para o convívio equilibrado em sociedade com fins a manutenção da coesão social. Consoante a isso, a proposta das Diretrizes Operacionais da Paraíba (2020), dialoga com diferentes mecanismos de desenvolvimento individual e coletivo.

Nesse sentido, as escolas que seguem o programa do Novo Ensino Médio Integral, com a aprovação da Lei 13.415/2017, basearam o seu currículo e o seu Projeto Pedagógico, nas principais mudanças previstas na lei, a saber: elevação da carga horária mínima para mil horas por série, a ampliação das unidades de ensino como oferta de Ensino Médio em tempo integral e a possibilidade de escolha, por parte dos estudantes, dos caminhos de aprofundamento em seus estudos, seguindo a lógica dos “itinerários formativos”, previstos na BNCC.

Nesse sentido, as Diretrizes Operacionais da Paraíba, ao tratar das finalidades e objetivos do Programa Escola Cidadã Integral, salienta que este deve oferecer os fundamentos de uma escola inclusiva e que visa formar o cidadão para os desafios do século XXI, como também para as exigências profissionais colocadas pelo mundo contemporâneo, pois

A proposta de Escola Cidadã Integral também está inserida nas Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado da Paraíba, e funcionam levando em consideração as especificidades e necessidades dos socioeducandos, inclusive a partir de um desenho curricular que privilegia a Parte Diversificada, com ênfase em Projeto de Vida. (...)O modelo está centrado no desenvolvimento do Projeto de Vida do Estudante, de modo que todas ações devem movimentar os três eixos formativos: Formação Acadêmica de Excelência, Formação de Competências para o Século XXI e Formação para a Vida. (PARAÍBA, 2020, p.42)

Com base nisso, fica evidente que as Diretrizes Operacionais da Paraíba (2020), orientam a organização desta modalidade de ensino centrada no incentivo ao

desenvolvimento do protagonismo juvenil. Por outro lado, a organização curricular fortaleceu a articulação entre os componentes curriculares da base comum em 4 áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais aplicadas), Paraíba (2020, p. 41).” Visando assegurar a formação integral do aluno relacionando a teoria à prática no ensino de cada componente curricular logo, incidindo sobre os seus aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, Paraíba (2020, p. 41-42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca das influências da BNCC, no contexto da educação paraibana, torna possível a problematização historiográfica dos efeitos causados nos sujeitos sociais, atores da educação e na conjuntura coletiva, uma vez que:

...as políticas de formação continuam fortemente solicitadas para dar respostas às novas configurações e demandas do mundo escolar, acadêmico, do trabalho, da saúde e da cultura, o que coloca os atores implicados nos cenários educacionais e formativos diante de uma significativa responsabilidade histórica. (Sidnei Macedo, 2012 p.67)

A responsabilidade da formação, como percebemos, sofre influências de setores localizados da sociedade, com fins a manutenção de uma ordem social vigente. Nesse sentido, pensamos que para ser efetivado, de fato, um processo formativo de qualidade, no contexto da escolarização, se faz necessário a tomada de consciência, pelo público docente, desses jogos de poder e de interesses, por trás das políticas de currículo, mediante seu processo formativo.

Bem como, o conhecimento destas políticas que incidem diretamente em suas práticas educativas, ao alterarem o processo de ensino-aprendizagem que, seguindo uma lógica de manutenção do poder, se afasta daquilo à que se propõe, a saber: a formação integral dos sujeitos da educação, através da ampliação de seu acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho.

Palavras-chave: Residência Pedagógica, BNCC, Diretrizes Curriculares, Ensino Médio Integral.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES e ao Programa de Residência pela oportunidade enriquecedora.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **A BNCC na Contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva**. Recife: Anpae, 2018.

BALL, Stephen. (2012). **Global education Inc.: new policy networks and the neoliberal imaginary**. New York, Routledge

CAPES, Fundação. **Programa de Residência Pedagógica**. Disponível em: <https://uab.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 21 jan. 2021.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

GOODSON, Ivoo. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, v. 12, n. 35, p. 241-252, abr. 2007.

MACEDO, Elizabeth. BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530-1555, out. 2014.

MACEDO, Elizabeth. BASE NACIONAL COMUM PARA CURRÍCULOS: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?. **Educ.: Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, out. 2015.

MACEDO, Roberto Sidnei. Atos de Currículo e formação: o príncipe provocado. **Revista Teias: Currículos: problematizações em práticas e políticas**, [s. l.], v. 13, n. 27, p. 67-74, jan. 2012.

PARAÍBA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba**. 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/arquivos/DIRETRIZESOPERACIONAIS2020GovPBV9.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SILVA, Maria de Lourdes O. Reis da. Análise institucional curricular: um processo transdutivo, em um campo de coerência instituinte. In: MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo e Processos Formativos: experiências, saberes e culturas**. Salvador: Edufba, 2012. p. 125-145.